

## “QUEM ENTROU QUER FICAR”: AÇÕES AFIRMATIVAS E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Lidiane Silva Torres<sup>1</sup>  
Rozana Quintanilha Gomes Souza<sup>2</sup>  
Giulia Alexandre Silva de Almeida<sup>3</sup>  
Gerson Tavares do Carm<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como temática central analisar a política de ações afirmativas sob a perspectiva das estratégias de permanência na Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da sociedade e Desenvolvimento Regional, em Campos dos Goytacazes (RJ). Entende-se que a política de cotas étnico-raciais nas Universidades brasileiras em perspectiva com a justiça social apresenta-se como um importante instrumento de reparação social das camadas que foram estigmatizadas e invisibilizadas com o processo histórico de formação territorial do Brasil. Partindo disso, a pesquisa tem como pano de fundo compreender quais as estratégias tem sido utilizadas para garantir a permanência dos estudantes cotistas e de origem carente. É nesta gama que a pesquisa nos conduz a compreender: a) como a política de assistência estudantil da Universidade busca promover a permanência dos alunos cotistas ingressantes e; b) a realidade acadêmica dos alunos diante do contexto inserido. Para responder nossas questões levantadas o caminho a ser percorrido contou com: a) a coleta de informações junto à secretaria de assistência estudantil, o CAES e acadêmica da UFF, em Campos, a Pró- Reitoria de Graduação, a PROGRAD e a Coordenação de Seleção Acadêmica, a COSEAC; e b) entrevistas semi-estruturadas com alunos cotistas (ingressantes e regularmente matriculados), para compreendermos a realidade social no qual estão inseridos. Portanto, verificou-se que: 1) Os alunos ingressantes desde 2017 passam por uma comissão da aferição de autodeclaração de cor/etnia, 2) apesar da política de assistência estudantil, as bolsas e auxílios ofertadas pela Universidade não são suficientes para ajudar na permanência dos cotistas na cidade de Campos uma vez que, grande parte dos estudantes é oriunda das mais diversas regiões do Brasil, por isso, muitos recorrem a outras formas para conseguir se manter na universidade e na cidade.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas, Cotas, Democratização, Permanência.

### INTRODUÇÃO

Num momento marcado pelas polêmicas e conflitos que o sistema de cotas tem gerado na sociedade, em relação ao acesso a Universidade Pública que a escolha pela temática que

<sup>1</sup> Graduada pelo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF, lidiholly@hotmail.com;

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Curso de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf, rozanaquintanilhags@gmail.com;

<sup>3</sup> Mestre pelo Curso de Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense - UFF, giuliaalmeida@gmail.com;

<sup>4</sup> Doutor pelo Curso de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf, gtavares33@gmail.com;

apresentamos aqui é em grande parte resultado dos debates e reflexões que vem sendo realizadas em parceria com assistentes sociais.

Entendemos que a compreensão sobre permanência na universidade apareça no âmbito das políticas de assistência estudantil e como expressão da questão social, mostrando a própria política pública da Universidade. Não que esse tema seja uma novidade, mas que tal compreensão pareceu-nos revelar quais estratégias estão sendo tomadas para promover a permanência dos estudantes cotistas ingressantes em uma Universidade Federal localizada em uma cidade de médio porte no Norte Fluminense, tanto nas formas de ações quanto nas formas de inclusão social e justiça social.

A política de ações afirmativas sob a perspectiva da justiça social e equidade tem possibilitado o acesso a educação para as camadas populares da sociedade, no entanto, entende-se aqui, que somente o acesso ao ensino superior não garante a permanência desses estudantes na universidade, principalmente dos jovens oriundos de outras regiões do Brasil. Deste modo, nossa pesquisa busca compreender a política de assistência estudantil da Universidade como política pública de permanência para os alunos cotistas.

Destacamos que o presente trabalho é, em parte, resultado de uma aproximação com a temática durante uma pesquisa desenvolvida na graduação de Serviço Social, cursada na UFF de Campos dos Goytacazes, no qual nos chamou a atenção os desafios enfrentados pelos estudantes cotistas oriundos de diversas regiões do Brasil. É com entusiasmo que encontramos nas problematizações atuais das expressões da “questão social” a possibilidade em valorizar o tema de maneira interdisciplinar, o que nos ajuda a compreender o debate contemporâneo, em nosso caso o debate das estratégias de permanência na UFF Campos. Paralelamente a estas reflexões, interessa-nos saber quais os desafios enfrentados pelos estudantes cotistas que não recebem bolsas e auxílios dos programas sociais da UFF Campos. O que nos levava a questionar como e em que medida os programas sociais ajudam na perspectiva direito ao acesso, permanência e equidade?

A título de introdução, como nossa base empírica elencamos o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense, pólo de Campos dos Goytacazes (RJ), que em agosto de 2009 recebeu o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) como parte da política de interiorização e expansão universitária para cidades pequenas e médias. Segundo os dados do sistema de Identificação único da universidade Federal Fluminense (IDUFF), os cursos de Serviço Social, licenciatura e Bacharel em Geografia, Economia, Psicologia, Licenciatura e Bacharel História e Licenciatura e Bacharel em Ciências Sociais recebem cerca de 120 alunos ao ano. Trata-se de

jovens numa faixa etária entre 18 e 24 anos de idade, distribuídos de forma quase proporcional entre sexo feminino e masculino, no qual grande parte realizou seus estudos em escolas públicas e suas famílias teriam uma renda de até três salários mínimos.

Portanto, trata-se de uma pesquisa com caráter qualitativo, que adotou como processo metodológico a revisão bibliográfica sobre a temática, o eixo que nos guiou foi à coleção de algumas explicitações de pressupostos metodológicos em autores referenciados. É nesse exercício de fundamentação metodológica que para responder nossas questões levantadas, recorreremos à pesquisa documental, acessamos assim dados junto à secretaria de assistência estudantil, CAES e acadêmica da UFF, em Campos, a Pró-Reitoria de Graduação, a PROGRAD e a Coordenação de Seleção Acadêmica, COSEAC. Como possibilidade de operar os nossos questionamentos levantados utilizamos a pesquisa empírica. As entrevistas nos possibilitaram conhecer a percepção pessoal relacionadas às visões de mundo (FRASER; GONDIM, 2004) de cada estudante. Isso foi possível a partir da construção de uma possível rede de entrevistados, com indicações dos estudantes, assim, realizamos entrevistas com oito estudantes cotistas, sendo cinco mulheres e três homens.

Partindo disso, interessa-nos, portanto compreender: a) quais as dificuldades enfrentadas pelos cotistas para permanecer na Universidade; e b) quais as estratégias utilizadas dos mesmos para permanecer.

## **DISCUSSÃO**

### **Da desigualdade ao acesso a educação pública**

A formação em serviço social não permite ignorar as chamadas expressões da questão social, aprendemos que são essas expressões o objeto de trabalho da/do Assistente Social, mas que nem sempre foi assim. Portanto, são essas expressões da questão social que localizamos a nossa temática central, ao entendermos que as desigualdades tem suas origens no período de ascensão da sociedade burguesa, associada ao modo de produção capitalista, pois nele polariza-se de um lado, um grupo detentores de capital, e de outro, um grupo desprovido dele, apenas com a força de trabalho para se manter e (re)produzir (NETO; BRAZ, 2012). Para nós a expressão da questão social da educação polariza-se como nas palavras de Leher (2009, p. 235), uma nova leitura da “velha” polarização capital *versus* trabalho, no lugar da dicotomia exploradores e explorados, temos “agora” de um lado, os incluídos e os que sempre tiveram acesso a educação e de outro lado, um grupo que historicamente foram excluídos.

Tal reflexão coloca em evidência o debate sob o prisma da desigualdade educacional no Brasil. Ao compreendermos que a formação social, histórica e da “questão social” no Brasil, são resultantes das desigualdades que comandam o processo de desenvolvimento do país e, que a concentração de renda e o aumento da pobreza geram um “apartheid social” e uma ampliação da distribuição territorial das desigualdades (SALAMA, 1999 *apud* IAMAMOTO, 2014, p. 142), parece-nos que todo esse processo vem se desdobrando no agravamento da “questão social”, ao entendermos que historicamente as populações mais pobres da sociedade sempre foram estigmatizadas e invisibilizadas. Precisamos considerar que para a população negra esse contexto é agravado ainda mais pelas expressões da questão social e suas múltiplas dimensões. Pesquisas relacionadas a essa temática revelam que, “ao longo de décadas, a presença e a persistência das desigualdades raciais e da situação subalterna do negro na sociedade brasileira” (HERINGER, 2002, p. 57).

Tais desigualdades se desdobram de forma mais grave no acesso a educação, nas palavras de Leher (2009, p. 245) o Brasil vive ainda hoje um “apartheid educacional” que nada mais é a expressão da luta de classes em um contexto de profunda assimetria entre as classes da sociedade. De acordo com a pesquisa “desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90” [...] desenvolvida por Henrique (2001) a desigualdade de renda no Brasil entre brancos e negros está ligada a desigualdade educacional e a herança da discriminação educacional no país. No qual, “um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e que essa discriminação racial é a mesma vivida pelos pais e avós desses jovens. A escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros de 2,3 anos em média, mantém-se absolutamente estável entre as gerações” (HENRIQUE, 2001, p. 27). Em pesquisas mais recentes Soares (2008, p. 119) salienta que a “desigualdade racial começou a cair após 2001” com a implantação de políticas de ação afirmativa.

Com a intensificação do debate sobre as dimensões da desigualdade racial no Brasil, a partir da década de 1980 um conjunto de ações passou a ser implementado, mas é somente nos anos 2000 que as iniciativas começam a ganhar destaque, como por exemplo, a implementação de programas de ações afirmativas no ensino superior, reunindo diferentes tipos de cotas e sistemas de bonificações em busca de uma maior inclusão dos estudantes negros (JACCOUD, 2008, p. 138).

Desde que a lei que regulamenta a política de ações afirmativas no Brasil foi aprovada, inúmeros são os debates a respeito, e mesmo após décadas de luta a temática se tornou uma

questão nacional. Entende-se que a política de cotas étnico-raciais baseada no princípio da justiça social e da inclusão social, tem dado oportunidade para estudantes das camadas carentes da população sonharem com a universidade pública, gratuita e de qualidade. Quando abordamos o tema permanência estamos colocando em questão uma pauta importante das universidades e das políticas de enfrentamento das desigualdades raciais; como promover estratégias de permanência para estudantes cotistas que historicamente foram excluídos do acesso a educação?

### **Ações afirmativas e a democratização do ensino superior na UFF Campos**

Ao debruçarmos no debate trazido pelo campo das políticas públicas em conexão com a bibliografia das desigualdades raciais, cabe destacar que o Brasil foi o último país no mundo a abolir a escravidão, e que o município de Campos dos Goytacazes assim como a região norte fluminense foi à última a abolir a escravidão no Brasil. Portanto, é uma cidade marcada historicamente pelas profundas desigualdades raciais e pelas desigualdades sociais promovidas pelas elites locais regionais.

Outro aspecto a ser destacado é que a cidade de médio porte na região Norte Fluminense, é um pólo universitário que recebe duas universidades públicas e também privadas, atraindo, portanto, estudantes de localidades periféricas do município, de diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro e de estados vizinhos. Entretanto, registramos a presença de estudantes das regiões Norte do país. Entretanto, registramos a presença de estudantes das regiões Norte do país.

É significativo, para nós, a existência de um considerável contingente de alunos vindos de outras regiões, variando entre 50 a 60% dos ingressantes a cada semestre. Mais da metade desses estudantes passam residir na cidade de Campos dos Goytacazes para estudar e se sustentam, em sua maioria, com auxílio familiar ou com auxílios de programas de assistência estudantil da UFF e uma menor parte trabalha. Grande parte dos estudantes na UFF Campos ingressa pelas ações afirmativas da Universidade. Segundo informações da Coordenação de Seleção Acadêmica, COSEAC, após sete anos da aprovação da Lei n.12.711/2012, conhecida como lei de cotas, no qual torna como obrigatório a reserva de 50% das vagas nas universidades e institutos federais para estudantes negros e indígenas oriundos de escolas públicas, a quantidade de alunos matriculados que estão ingressando amparados pelas cotas está se aproximando dos matriculados que ingressa pela opção livre concorrência.

Segundo dados da Universidade, o censo 2018 revela que aproximadamente 50% dos matriculados da UFF ingressarão via ações afirmativas desde a mudança da forma de ingresso na universidade, agora via Sistema de Seleção Unificada – SISU por meio do Exame Nacional do Ensino médio – ENEM em 2012. Deste então, a coordenação vem realizando o censo da universidade para mapear os alunos matriculados na universidade, como mostra o gráfico a seguir.

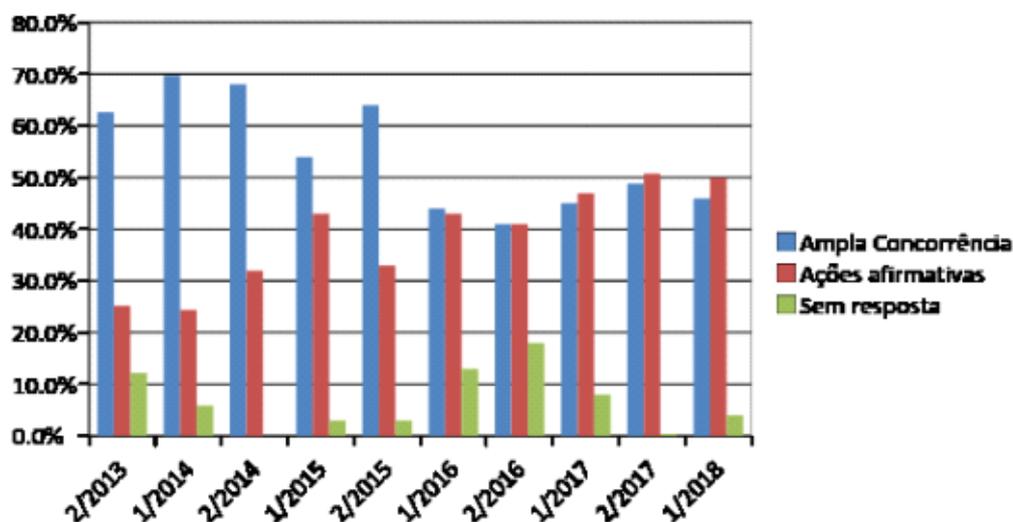


Figura 1: Dados dos alunos matriculados por ações afirmativas na UFF Campos

Fonte: Simões e Xavier (2018).

Em relação às cotas na UFF Campos, de acordo com os resultados da pesquisa realizada por Simões e Xavier (2018), o perfil dos alunos ingressantes no primeiro semestre de 2018 na UFF Campos em relação à raça, são: 50% declaram-se brancos, 33% pardos e 14% pretos, 1% outras raças e 2% não responderam.

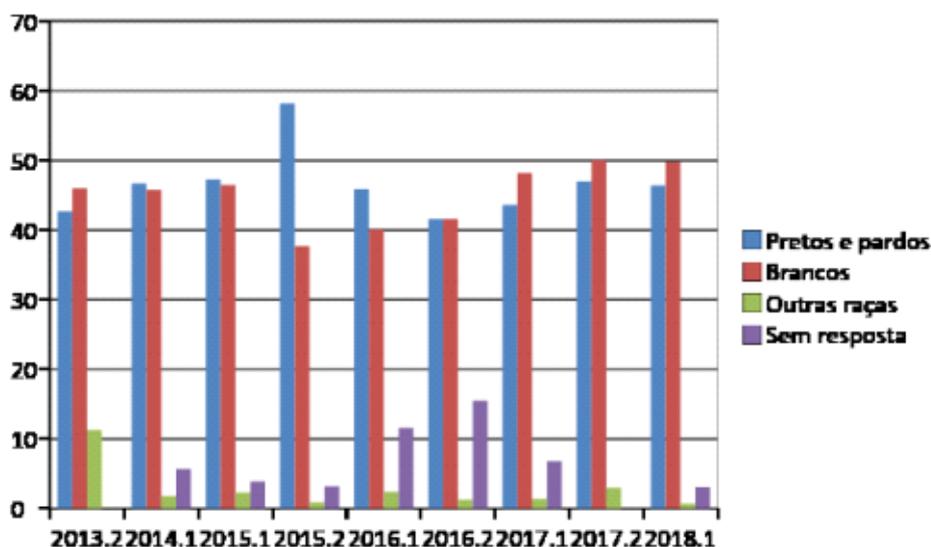


Figura 2: Gráfico Raça e etnia dos ingressantes por ano/semestre

Fonte: Simões e Xavier (2018).

Como podemos perceber no gráfico acima o percentual de alunos pretos e pardos ingressantes na UFF Campos referem-se em grande parte dos anos quase o mesmo número de alunos brancos ou até mesmo ultrapassam o número de alunos brancos ingressantes em alguns semestres. Sabemos de acordo com dados do IBGE que a população negra representa no Brasil 54%, tais números representados no gráfico representam não só a democratização do ensino para a população negra, como também demonstra o reconhecimento identitário da população negra na Universidade. Deste modo, cada vez mais se torna relevante pensar políticas públicas de permanência para uma população que historicamente foi invisibilizada, uma vez que a partir dos gráficos identificamos que o perfil dos estudantes ingressantes na UFF Campos é em sua maioria de ações afirmativas, sendo pretos e pardos, com 50 e até 60% oriundos de outras regiões do Brasil como salienta o IDUFF.

Como partes da política de permanência foram então criados os programas sociais, fruto das políticas de assistência estudantil e do Plano Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, que reconheceu um conjunto de direitos dos estudantes, entre eles a assistência estudantil para estudantes permanecerem nas universidades que ingressaram através de bolsas e auxílios permanência.

## Resultados

Com as entrevistas conseguimos colecionar algumas visões de mundo dos estudantes. Foi possível perceber que dos estudantes entrevistados apenas quatro recebem algum tipo de bolsa ou auxílio da Universidade, sendo elas: Bolsa desenvolvimento acadêmico; auxílio moradia e o auxílio alimentação. Mesmo assim, alguns relataram que não é possível contar com o valor da bolsa por dois motivos: primeiro, que a bolsa apesar de ter uma data estabelecida para cair sempre atrasa; e segundo, que a bolsa ou o auxílio não é suficiente para manter os alunos na Universidade, uma vez que os custos para morar na cidade são elevados.

Um aspecto a ser destacado é que a UFF Campos se localiza na região central, sendo, portanto, o bairro mais procurado devido à proximidade com a universidade, local no qual o solo urbano é supervalorizado e assim, fazendo com que os preços dos imóveis sejam altos.

Para ajudar na renda seis dos estudantes entrevistados na pesquisa vendem algum tipo de comida, doces e artesanatos na própria universidade para complementar a renda. No período em que duas entrevistas foram realizadas em 2018, a UFF Campos passava por uma mobilização dos estudantes, por conta das ações do diretor do Instituto que tentava limitar e até mesmo proibir a venda do comércio informal na universidade. A mobilização tinha, portanto, como tema “na legalidade”. No qual os alunos ocuparam a universidade por 24 horas para debater e discutir a política de assistência estudantil da Universidade e os desafios do trabalho informal para estudantes que necessitam para sobreviver.

Outro aspecto importante que as entrevistas demonstraram é que dos oito entrevistados seis se reconhecem como negros e os outros dois se reconhecem como pardo. Um aspecto que foi destacado pelos estudantes é que os mesmos só passaram a se reconhecer enquanto negros na universidade. O que parece-nos é que essa identidade é fortalecida com o acesso ao ensino superior das camadas subalternas da sociedade e a produção do conhecimento.

Dois dos estudantes entrevistados fazem parte do coletivo negro da universidade, o coletivo Mercedes Baptista, o coletivo tem como objetivo a afirmação da identidade negra, e a luta antirracista, na busca pela igualdade e no combate a qualquer tipo de opressão a cultura negra. O nome do coletivo resgata a história de Mercedes Baptista, mulher, negra, nascida em Campos que mudou-se para o Rio de Janeiro, no qual fez parte do conselho de mulheres e fundou um grupo por artistas negros, e assim desenvolvia pesquisas e divulgava a cultura negra e afrobrasileira.

Outro aspecto importante é que desde 2017 a UFF possui uma comissão de Aferição de Autodeclaração de cor/etnia. A UFF é uma das pioneiras em institucionalizar, dar transparência e definir critérios para a aplicação das políticas de cotas, a comissão de heteroidentificação. Segundo os dados da Universidade a comissão é uma “forma de aplicar as

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

políticas públicas de forma institucional, transparente e participativa de forma inclusiva e receptiva” (SITE UFF, 2019).

No entanto, apesar dos progressos com as políticas de ações afirmativas na UFF Campos, a política de assistência estudantil com os programas sociais com bolsas de permanência não tem sido suficientes para promover uma política efetiva de permanência dos alunos ingressantes.

A ideia da palavra permanência segundo Reis e Tenorio (2009) está ligada a necessidade de aceitação e reconhecimento social, e assim, o autor considera a permanência em duas faces: a permanência simbólica e a permanência material

Ser reconhecido, ser visto pelo outro é a condição da existência simbólica: ‘eu só existo se o outro me reconhece’. E se o outro me reconhece como legítimo, aumentam as minhas chances de fazer parte, de estar junto. [...] assim sendo, o nosso conceito de permanência possui uma relação direta com a coexistência dos indivíduos em primeiro lugar e sua existência em segundo. Vamos aqui então, chamar a coexistência de permanência simbólica e a existência de permanência material (REIS; TENORIO, 2009, p. 4-5).

Tomemos emprestada então a expressão utilizada pelos autores acima para compreender a realidade vivenciada pelos alunos cotistas da UFF de Campos. Interessante mencionar que em grande parte das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os estudantes, a permanência simbólica é algo que perpassa grande parte da graduação dos alunos. O ato de pertencimento com a UFF Campos somente é conquistado por eles quando esses se fazem presente num primeiro momento, no plano simbólico e num segundo momento no plano material. É como dizer, que os alunos das camadas mais carentes da população mesmo com o acesso ao ensino superior público ainda se sentem invisibilizados.

Portanto, promover estratégias de permanência perpassa não só o direito a assistência estudantil, mas o direito de pertencimento e permanência no lugar que estudam.

### **Considerações Finais**

Pensar políticas de permanência para os alunos cotistas é pensar sob a perspectiva da justiça social e equidade. No entanto, entende-se que as políticas de assistência estudantil nem sempre promovem a permanência dos estudantes na Universidade, uma vez que nem todos conseguem passar no processo seletivo do programa social (por diversos motivos). Reconhecemos que a democratização do ensino superior para essa população só foi possível com o REUNI e com as políticas de cotas, mas entende-se aqui, que somente essas políticas

não são suficientes para promover a permanência na universidade de quem entrou, pois quem entrou quer permanecer.

Um aspecto importante na atual conjuntura econômica e política é que com os bloqueios anunciados pelo atual governo, colocam em risco a permanência de grande parte dos estudantes na Universidade, uma vez que a maioria dos alunos oriundos de outras regiões e cotistas na UFF Campos dependem das bolsas do programa social para se manterem na cidade.

### Referências Bibliográficas

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sonia. Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, v. 14, n. 28, p. 139- 152, 2004.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. 2001.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde pública** v. 18, p. S57-S65, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Mário Theodoro (org.). Brasília: Ipea, 2008.

LEHER, R. Exclusão educacional ou educação no capitalismo dependente. In: **Formação de educadores: o papel do educador e sua formação**. Sheila Z. De Pinho (org.) – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REIS, D. B.; TENORIO, R. M. (2009). Políticas Públicas de Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior: Um debate em curso. **Cadernos ANPAE**, 8, p. 1-11.

SIMÕES, Cassiana Ferreira; XAVIER, Alessandra de Muros. Perfil dos estudantes ingressantes da UFF Campos: Democratização ou massificação? **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2019.

SOARES, Sergei. A trajetória da desigualdade: A evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Mário Theodoro (org.). Brasília: Ipea, 2008.

UFF. Metade dos ingressantes na UFF passou por comissões especializadas de verificação. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=noticias/11-03-2019/metade-dos-ingressantes-na-uff-passou-por-comissoes-especializadas-de>. Acesso em: Agosto de 2019.